



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2022.0000182091**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2128680-13.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, são agravados JOSÉ TASHIRO e YUKIE TASHIRO.

**ACORDAM**, em 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ELCIO TRUJILLO (Presidente), JAIR DE SOUZA E MÁRCIO BOSCARO.

São Paulo, 15 de março de 2022

**ELCIO TRUJILLO**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2128680-13.2016.8.26.0000**

**Comarca de São Paulo**

**Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A**

**Agravados: José Tashiro e outra**

**Voto nº 42.019**

**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – Ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais – Impugnação apresentada – Incidência da multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil/1973 (vigente à época) – Executado que apresentou seguro garantia judicial – Aplicação do art. 848, parágrafo único, do Código de Processo Civil – Portanto, garantida a execução, afasta-se a possibilidade de incidência da respectiva multa.**

**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – Ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais - Legitimidade passiva do banco depositário reconhecida – Aplicação da Súmula nº 179, do Superior Tribunal de Justiça.**

**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – Ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais - Não ofende a coisa julgada a apreciação, em sede de execução, de matéria a respeito da qual não houve decisão na fase de conhecimento do processo - Os depósitos judiciais se regem pelos critérios estabelecidos para os depósitos em contas de poupança, e que a aplicação de índices decorrentes de expurgos inflacionários (originados da implementação de planos governamentais de estabilização econômica) só é devida em relação a valores depositados na primeira quinzena do mês – Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.**

**CUMPRIMENTO DA SENTENÇA – Ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais – Impugnação apresentada – Honorários advocatícios – Verba fixada em 1% (um por cento) do valor do débito exequendo - Pedido de majoração – Impossibilidade - Valor que remunera adequadamente o patrono – Decisão parcialmente reformada – AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Vistos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Trata-se de agravo de instrumento contra as r. decisões de fls. 1.184/1.185 e 1.216/1.217 que, junto à fase de cumprimento da sentença em ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais, acolheu a impugnação apresentada para reconhecer o excesso de execução, fixando o valor devido em R\$ 7.388.538,53 (sete milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos), em 20 de janeiro de 2014, condenando os recorridos no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados por equidade, em 1% (um por cento) do valor do débito exequendo.

Em busca de reforma, sustenta o agravante: **a)** inexigibilidade da multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil/1973 (vigente à época); **b)** ilegitimidade do banco para responder pelos expurgos inflacionários; **c)** exclusão das guias de depósito com aniversário em segunda quinzena; **d)** fixação de honorários advocatícios entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do proveito econômico, em razão do acolhimento da impugnação.

O pedido de suspensão do cumprimento da r. decisão atacada foi deferido até o pronunciamento definitivo da Câmara – fls. 1.225/1.226.

Contraminuta – fls. 1.230/1.242.

Por v. acórdão, a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça/SP, por unanimidade de votos, converteu o julgamento em diligência para determinar a remessa dos autos à Contadoria Judicial de Segunda Instância para verificação dos cálculos apresentados (fls. 1.253/1.260).

Os embargos de declaração opostos por **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** às fls. 1.272/1.276 foram rejeitados, por unanimidade de votos – v. acórdão de fls. 1.279/1.282.

Inconformado, **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** apresentou recurso especial (fls. 1.285/1.299). Por decisão da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça/SP, o recurso não foi admitido – fls. 1.320/1.321.

O agravo contra a decisão que não admitiu o recurso especial não foi provido – fls. 1.362/1.372 (STJ, **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1.431.743-SP**, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, decisão monocrática proferida em 19 de fevereiro de 2019).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

A decisão transitou em julgado em **3 de abril de 2019** (certidão de fls. 1.375).

Determinada a remessa dos autos à Contadoria, **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** opôs novo pedido declaratório (fls. 1.400/1.403), que resultou rejeitado – r. decisão de fls. 1.409/1.413.

Cálculos da Contadoria Judicial de Segunda Instância às fls. 1.423/1.432.

Manifestação das partes às fls. 1.441 (**YUKIE TASHIRO**) e 1.443/1.453 (**BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**).

É o relatório.

José Tashiro e Yokie Tashiro ajuizaram ação de recomposição dos prejuízos dos depósitos judiciais contra Banco do Estado de São Paulo S/A – fls. 41/52 (processo nº 0523871-09.1994.8.26.0100 – 3ª Vara Cível do Foro Central da Capital).

Contestação às fls. 54/88. Réplica às fls. 367/390.

Ao final, a demanda foi julgada extinta, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil/1973 (vigente à época) – r. sentença de fls. 407/411.

Inconformados, autores e réu apresentaram recurso – fls. 414/420 (José Tashiro e Yokie Tashiro) e 429/461 (Banco do Estado de São Paulo S/A).

Decisão integralmente mantida em Segunda Instância – v. acórdão de fls. 542/545 (apelação nº 262.743-1/6, 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça/SP, Rel. Des. Osvaldo Caron, julgada em 4.3.1997, negaram provimento ao recurso principal e julgaram prejudicado o adesivo, votação unânime).

O pedido declaratório dos autores (fls. 548/549) foi rejeitado – v. acórdão de fls. 553/555 (embargos de declaração nº 262.743-1/8-01, 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça/SP, Rel. Des. Osvaldo Caron, julgados em 5.8.1997, rejeitaram os embargos, votação unânime).

O recurso especial interposto por José Tashiro e Yokie



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Tashiro (fls. 559/587) teve o seguimento negado – r. decisão de fls. 614/617.

Por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, afastou-se a carência da ação – fls. 627/631 (STJ – 3ª Turma, **Recurso Especial nº 204.067/SP**, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, julgado em 27.4.1999, deram provimento ao recurso especial, votação unânime, DJ 7.6.1999).

A decisão transitou em julgado em **7 de junho de 1999** (fls. 650).

Baixados os autos, a ação foi julgada procedente, nos seguintes termos (r. sentença de fls. 653/674):

*“Isso posto, e mais que dos autos consta, **JULGO:***

**a.- PARCIALMENTE EXTINTO O PROCESSO** no tocante à correção monetária relativa ao período compreendido pela Lei nº 8.024/90 (**“Plano Collor”**), por ilegitimidade passiva de parte (art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil), para condenar os autores ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% da metade do valor dado à causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento;

**b.- PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, para condenar o réu a pagar aos autores a diferença de remuneração da caderneta de poupança pela aplicação do IPC aos depósitos dos meses de junho de 1987 (26,06% - Plano Bresser) e janeiro e fevereiro de 1989 (42,72% - Plano Verão), que sobre eles deveria ter incidido até a data dos respectivos levantamentos, acrescida de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir das datas de creditamento a menor, por se tratar de obrigação decorrente de ilícito contratual, conforme venha a ser apurado em regular liquidação de sentença na forma do artigo 604 do Código de Processo Civil, incidindo ainda, por força da mora, juros de 0,5% ao mês a contar da citação até a entrada em vigor do novo Código Civil, a partir de quando os juros serão de 1% ao mês.

*Como decorrência da sucumbência arcará o réu com as custas processuais e honorários advocatícios do D. Patrono dos autores, fixados estes em 10% do valor da condenação.*

*P.R.I.”*

Os autores apelaram (fls. 678/684).

Por v. acórdão, a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

de Justiça/SP, por maioria de votos, deu provimento ao recurso – fls. 702/720 (apelação nº 9168453-58.2007.8.26.0000, Rel. Designado Des. Cesar Ciampolini, julgada em 27.11.2012). No julgamento restou decidido:

reconhecida a legitimidade passiva do banco depositário;

a diferença obtida com a aplicação do aludido índice deverá ser atualizada pelos índices da Tabela Prática do TJ/SP e acrescida de juros a partir dos eventos danosos, ou seja, dos levantamentos a menor dos depósitos;

ônus sucumbenciais por conta do apelado, fixados os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

A decisão transitou em julgado em **14 de janeiro de 2013**

(certidão de fls. 722).

Na fase de cumprimento da sentença, os exequentes requereram a apresentação pelo banco dos extratos bancários dos meses de junho/1987; janeiro e fevereiro/1989; março/1990 a março/1991 – fls. 729/730.

Providência atendida pela digna Magistrada – r. decisão de fls. 731.

Os exequentes apresentaram memorial de cálculo, no valor de **R\$ 26.308.938,88** (vinte e seis milhões, trezentos e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos) – fls. 734/749. Atualização dos cálculos às fls. 769/775.

Intimado para pagamento (r. decisão de fls. 750), o executado apresentou seguro garantia (fls. 777/789) e impugnação (fls. 793/828).

Manifestação dos exequentes às fls. 996/1.002.

O pedido de penhora dos ativos financeiros em nome do executado (fls. 991/992) foi indeferido – r. decisão de fls. 993.

Em diversas oportunidades, determinou-se a remessa dos autos à Contadoria Judicial (r. decisões de fls. 1.007, 1.090 e 1.142).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Em 8 de outubro de 2014, a Contadoria informou a necessidade de apresentação dos extratos para verificação de eventuais diferenças, dos seguintes valores (fls. 1.011):

Data do Depósito	Fl.	Valor	Guia	Período do extrato
26/06/1987	43	2.282.117,78	1623916	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento
30/07/1987	45	5.167.276,02	1555718	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento
04/09/1987	51	340.502,90	1971535	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento
27/09/1987	54	58.313,36	1971540	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento
22/04/1988	57	3.767.927,79	1870892	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento
26/05/1988	60	4.494.379,30	1023753	Da data do depósito até a data do efetivo levantamento

Extratos das contas judiciais às fls. 1.017/1.036.

Cálculos elaborados pela Contadoria Judicial:

DATA	VALOR (R\$)	FOLHAS	CONCORDÂNCIA AUTORES	CONCORDÂNCIA RÉU
18.03.2015	7.268.392,27	1.046/1.078	SIM (fls. 1.081/1.082)	NÃO (fls. 1.083/1.087)
04.08.2015	7.388.538,53	1.093/1.128	SIM (fls. 1.133/1.134)	NÃO (fls. 1.136/1.141)
26.11.2015	7.388.538,53	1.144	SIM (fls. 1.147/1.149)	NÃO (fls. 1.150/1.154)

Pedido de habilitação dos herdeiros de José Tashiro (fls. 1.165/1.167).

Diante dos limites da ação tratada, a MM. Juíza da causa acolheu a impugnação apresentada para reconhecer o excesso de execução, fixando o valor devido em **R\$ 7.388.538,53** (sete milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos), em 20 de janeiro de 2014, condenando os agravados no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados por equidade, em 1% (um por cento) do valor do débito exequendo – r. decisão de fls. 1.184/1.185.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

Autores e réu apresentaram embargos de declaração (fls. 1.188/1.190 e 1.194/1.215).

Pedidos declaratórios rejeitados – r. decisão de fls. 1.216/1.217.

Daí o presente agravo.

Pois bem.

Ação que avança no tempo (ajuizada em agosto de 1994 – fls. 41/52).

De se anotar, o elevado nível de litigiosidade a envolver as partes.

O recurso merece parcial acolhimento.

Determinada a intimação para pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** apresentou seguro garantia judicial – fls. 777/789.

Pois bem.

Na lição de Humberto Theodoro Júnior, há duas previsões no Código de Processo Civil que autorizam a substituição do bem penhorado:

art. 847, CPC: *“que é privativa do executado, e deve ser praticada no prazo de dez dias após a intimação da penhora, e que haverá de basear nos requisitos que o dispositivo enuncia, ou seja: (i) a troca não deverá trazer prejuízo algum ao exequente; e (ii) deverá proporcionar uma execução menos onerosa para o devedor. Os dois requisitos são cumulativos, i. e., ambos devem ser demonstrados para que o requerimento de substituição da penhora seja acolhido”*

art. 848, CPC: *“que não é exclusiva do devedor, pois permite a qualquer das partes o requerimento de substituição de penhora já consumada, desde que presente um dos*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*motivos arrolados em um dos seus sete incisos” (Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro, Forense, 2016, 47ª ed., vol. III, p. 516/517)*

Estabelece o art. 848, do Estatuto processual civil vigente:

**“Art. 848.** *As partes poderão requerer a substituição da penhora se:*

- I - ela não obedecer à ordem legal;*
- II - ela não incidir sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento;*
- III - havendo bens no foro da execução, outros tiverem sido penhorados;*
- IV - havendo bens livres, ela tiver recaído sobre bens já penhorados ou objeto de gravame;*
- V - ela incidir sobre bens de baixa liquidez;*
- VI - fracassar a tentativa de alienação judicial do bem; ou*
- VII - o executado não indicar o valor dos bens ou omitir qualquer das indicações previstas em lei.*

**Parágrafo único.** *A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.”*

**(destaquei)**

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, repita-se, apresentou seguro garantia judicial – fls. 777/789.

Portanto, **garantida a execução, afasta-se a possibilidade de incidência da multa prevista no art. 475-J, do Código de Processo Civil/1973** (vigente à época).

Com relação a alegada ilegitimidade do banco para responder pelos expurgos inflacionários: **“O entendimento assente do STJ é de que o bloqueio dos ativos financeiros determinado pela MP n. 168/90 não alcançou os depósitos judiciais, portanto o banco depositário responde pelas diferenças de correção monetária do respectivo período, a teor da Súmula n. 179 desta Corte Superior: “O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**relativa aos valores recolhidos".** No mesmo sentido, os seguintes precedentes: Corte Especial, REsp n. 573.478/SP, relator Ministro Ari Pargendler, DJ de 19/03/2007; Segunda Turma, REsp n. 919.101/SP, relator Ministro Castro Meira, DJ de 14/05/2007; Quarta Turma, REsp n. 112.166/SP, relator Ministro Aldir Passarinho Junior, DJ de 11/12/2000." (Agravado de Instrumento nº 1.173.189 – SP, Des. Rel. Min. João Otávio De Noronha, DJe 12/02/2010). (grifo meu).

Nos termos da Súmula nº 179, do Superior Tribunal de Justiça: **“O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos”.**

Nesse sentido:

**“Administrativo. Desapropriação. Depósitos judiciais. Expurgos inflacionários. Correção monetária com base no IPC. Súmula 179/STJ. 1. A correção monetária deve ser aplicada integralmente aos depósitos judiciais, inclusive com os expurgos inflacionários. Incidência da Súmula 179/STJ. 2. Correto está o Tribunal de origem, pois aplicou o IPC como índice de correção monetária incidente sobre os depósitos judiciais, variável conforme os percentuais dos expurgos inflacionários por ocasião da instituição dos Planos Governamentais, a saber: I) janeiro/89 - 42,72% e fevereiro/89 - 10,14% (Verão); II) março/90 - 84,32%, abril/90 44,80%, junho/90 - 9,55% e julho/90 - 12,92% (Collor I); III) janeiro/91 - 13,69% e março/91 - 13,90% (Collor II). Agravo regimental improvido.”** (AgRg no REsp 1.093.687/SP. Agravo regimental no recurso especial 2008/0204675-6. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma. J. 09-06-2009) (grifo meu)

**“Da legitimidade e da correção monetária dos depósitos judiciais: Inicialmente, observo que a jurisprudência do STJ assentou orientação a dizer que o Banco comercial, na qualidade de depositário judicial, responde pela correção monetária correspondente aos valores recolhidos, de acordo com a Súmula 179 desta Corte. - No que respeita aos índices de correção monetária a serem aplicados na atualização dos depósitos judiciais, este Superior Tribunal firmou entendimento de que são adotados os índices do IPC como forma de correção monetária dos períodos de janeiro e fevereiro de 1989 e de março de 1990 a fevereiro de 1991, tendo em vista as perdas econômicas decorrentes dos sucessivos planos governamentais, não havendo que se falar em negativa de vigência dos dispositivos legais pertinentes à hipótese. Nessa ordem de decidir, lembro: "Para se obter a correção monetária de valores referentes a precatório judicial depositado em instituições financeiras, não há**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

necessidade de se ajuizar ação autônoma, bastando ao expropriado requerer, nos próprios autos da execução, a atualização que entende devida, sendo legítima a aplicação dos índices do IPC expurgados por ocasião dos planos de estabilização da economia' (REsp. 146833/NORONHA, DJ DE 21/03/2005);

**'1. O depositário judicial deve atender a determinação do juiz, proferida nos autos da ação principal, sobre os critérios de correção dos depósitos. 2. Correção monetária, janeiro de 1989 e março a janeiro de 1991. A utilização do IPC não causa ofensa a legislação sobre os planos econômicos' (REsp 60.665/ROSADO, DJ 02.10.1995);**

**'I- "O depositário judicial deve atender a determinação do juiz, proferida nos autos da ação principal, sobre os critérios de correção dos depósitos", segundo proclamou este tribunal no REsp 60.665-9-SP.**

**II- A vinculação entre o juízo e o banco conveniado como depositário judicial de valores e de natureza preponderantemente administrativa, e regida pelas normas do convênio, de sorte e evidenciar-se a impertinência da pretensão do depositário de discutir os índices de reajuste que lhe são impostos como se fora parte no processo.**

**III- Nos casos de depósitos judicial, que não foram bloqueados por se tratar de dinheiro a disposição do tesouro estadual, a correção monetária de março a maio/90 e janeiro/91 deve ser calculada com base no IPC, sem ofensa alguma a legislação sobre planos econômicos' (REsp. 122.555/SÁLVIO, DJ de 23.06.1997);**

'Legitimidade passiva do Banco comercial que, inclusive, manteve à sua disposição o numerário depositado. - Desnecessidade de ajuizamento de ação própria quanto aos índices de correção monetária do depósito judicial. - Incidência do IPC nos meses de janeiro-89 (índice de 42,72%, Resp nº 43.055-SP) e março/maio-90, em consonância com a jurisprudência do STJ' (REsp. 110.114/Barros Monteiro, DJ de 16.09.2002). Nego seguimento ao recurso especial." (grifo meu) (Recurso Especial n. 756.907/MG, Min. Humberto Gomes de Barros, 20/10/2005) (grifo meu)

"(...) o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o IPC deve ser considerado para o cálculo da correção monetária nos meses de janeiro de 1989, março de 1990 e janeiro de 1991, por melhor representar a inflação dos períodos mencionados. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**'DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEGITIMIDADE DO BANCO DEPOSITÁRIO. DESNECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. PLANOS "VERÃO" E "COLLOR".**

**- Legitimidade passiva do banco comercial, que inclusive manteve à sua disposição o numerário depositado.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

- **Desnecessidade de ajuizamento de ação própria para se discutir os índices de correção monetária do depósito judicial.**

- **Segundo jurisprudência da Quarta Turma, a utilização do IPC, nos meses de janeiro/89 e março/90 a janeiro/91, não causa ofensa à legislação editada acerca dos planos econômicos. Recurso especial não conhecido.' (REsp 163.992-SP, rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 21-09-1998).**

"Ação de cobrança. Depósito judicial efetuado em ação de desapropriação. Remuneração. Janeiro de 1989 a maio de 1990. Plano Verão e Plano Collor. Legitimidade passiva da instituição financeira. Precedente da Corte.

**1. Permanecendo disponíveis os depósitos judiciais mesmo durante o período em que perdurou o bloqueio dos cruzados por força da Medida Provisória n.º 168/90, convertida na Lei n.º 8.024/90, tem legitimidade a instituição financeira depositária para figurar no pólo passivo de ação cobrança, na qual se postula diferenças decorrentes da não incidência de índices de correção monetária no período de janeiro de 1989 a maio de 1990.**

**2. A jurisprudência desta Corte adotou o IPC como índice adequado para a correção monetária nos meses de janeiro de 1989 e de março de 1990 a janeiro de 1991, em liquidação de sentença.**

3. No mês de janeiro de 1989, consoante jurisprudência assentada pela Corte Especial deste Tribunal, o índice a ser aplicado é o de 42,72%.

4. Recurso especial da instituição bancária não conhecido e recurso especial dos demais conhecido e provido parcialmente." (REsp n.º 115.074/SP, 3ª Turma, de minha relatoria, DJ de 03/11/97). (REsp 100.489/SP, Min. Antônio De Pádua Ribeiro, 10/03/2005) (grifo meu)

Passo a analisar a questão relativa à exclusão das guias de depósito com aniversário em segunda quinzena.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não ofende a coisa julgada a apreciação, em sede de execução, de matéria a respeito da qual não houve decisão na fase de conhecimento do processo.

Se não existe no título exequendo indicação alguma aos depósitos judiciais efetuados na segunda quinzena do mês (seja determinando expressamente sua inclusão na condenação, seja excluindo-os dela), não há óbice de que a matéria seja discutida na fase executória.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que os depósitos judiciais se regem pelos critérios estabelecidos para os depósitos em contas de poupança, e que a aplicação de índices decorrentes de expurgos inflacionários (originados da implementação de planos governamentais de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

estabilização econômica) só é devida em relação a valores depositados na primeira quinzena do mês:

**ECONÔMICO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JUNHO DE 1987 (26,06%). PLANO BRESSER. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%). PLANO VERÃO.**

**I - O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de junho de 1987, antes da vigência da Resolução n. 1.338/87-BACEN, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 26,06%. Precedentes.**

**II – O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 42,72% (Precedente: REsp n. 43.055-0/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 20.02.95). Todavia, nas contas-poupança abertas ou renovadas em 16 de janeiro de 1989 em diante, incide a sistemática estabelecida pela Lei n. 7.730/89 então em vigor.**

**III - Agravo regimental desprovido.** (AgRg no REsp 740791/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2005, DJ 05/09/2005, p. 432)

**AGRAVO REGIMENTAL - AÇÃO DE COBRANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANO BRESSER - ANIVERSÁRIO DA POUPANÇA NA SEGUNDA QUINZENA DO MÊS - EXPURGO INFLACIONÁRIO NÃO DEVIDO – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - BASE DE CÁLCULO - VALOR DA CAUSA - ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO.** (AgRg no Ag 1268089/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 28/04/2010)

**DIREITO ECONÔMICO E PROCESSUAL CIVIL. PLANO VERÃO. CADERNETA DE POUPANÇA. LEI Nº 7.730/89. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**I - Inaplicável a Lei 7.730/89 às cadernetas de poupança com período mensal iniciado ou renovado até 15 de janeiro de 1989, devendo incidir o IPC, no percentual de 42,72%. A referida lei, entretanto, incide sobre as contas com data de aniversário posterior, ou seja, a partir da segunda quinzena daquele mês.**

**II - Aos juros remuneratórios incidentes sobre diferenças de expurgos inflacionários em caderneta de poupança não se aplica o prazo prescricional do artigo 178, § 10, III, do Código Civil de 1916. Agravo provido em parte.** (AgRg no REsp 436.880/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 28/05/2009)

**ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. CADERNETA DE POUPANÇA. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IPC DE JANEIRO DE 1989, MARÇO, ABRIL E MAIO DE 1990 E FEVEREIRO DE 1991. MÉRITO, QUANTO A ESTES, PENDENTE DE DECISÃO JUDICIAL. PRECLUSÃO. CONTAS ABERTAS OU RENOVADAS NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA QUINZENAS. PRESCRIÇÃO QUADRIENAL OU QÜINQUÊNAL. INEXISTENTE.**

**I. Não se conhece da matéria referente ao mérito dos expurgos determinados pelo Plano Collor, não apreciado pelas instâncias ordinárias.**

**II. Descabida a prescrição quadrienal ou quinquênal da correção monetária com base nos arts. 445 do Código Comercial e 178, parágrafo 10, inciso III, do Código Civil.**

**III. O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 42,72% (Precedente: REsp n. 43.055-0/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 20.02.95). Todavia, nas contas-poupança abertas ou renovadas em 16 de janeiro de 1989 em diante, incide a sistemática estabelecida pela Lei n. 7.730/89, então em vigor.**

**IV. Com referência ao indexador de março de 1990 a Corte Especial ratificou a tese de que é o banco depositário parte ilegítima passiva ad causam para responder pedido de incidência do IPC de março de 1990 em diante, sobre os**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

valores em cruzados novos bloqueados de cadernetas de poupanças, cujo período de abertura/renovação deu-se a partir de 16 de março de 1990, quando em vigor o Plano Collor (caput do art. 6º da MP n. 168/90, convolada na Lei n. 8.024/90). Contudo, respondem as instituições bancárias pela atualização monetária dos cruzados novos das poupanças com data-base até 15 de março de 1990 e antes da transferência do numerário bloqueado para o BACEN, ocorrido no fim do trintídio no mês de abril (EResp n. 167.544/PE, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, DJU de 09.04.2001).

**V. Primeiro recurso especial conhecido e parcialmente provido, segundo conhecido em parte e, nessa parte, parcialmente provido.** (REsp 182.353/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2002, DJ 19/08/2002, p. 167)

**Processual Civil. Embargos de Divergência (Arts. 496, VIII e 546, I, CPC - Art. 266, RISTJ). Depósitos Judiciais. Correção Monetária. Incidência. Código Civil, Art. 1.266 . Provimentos Administrativos da Justiça. Súmula 179-STJ.**

**1. Os depósitos judiciais são atualizados conforme os critérios estabelecidos para as cadernetas de poupança, reavivados nos ordenamentos administrativos judiciais pertinentes aos procedimentos apropriados ao depósito, nos estabelecimentos bancários. O período de correção fica compreendido entre as datas dos depósitos e dos "aniversários". Não se compatibiliza com as disposições positivas de regência a correção fora das datas dos "aniversários" dos depósitos.**

**2. Precedentes jurisprudenciais.**

**3. Embargos rejeitados.** (EResp 119602/SP, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, CORTE ESPECIAL, DJ 17/12/1999, p. 311)

Por fim, a r. decisão recorrida equacionou a condição posta em julgamento no sentido fixar a verba honorária em 1% (um por cento) do valor do débito exequendo.

Com relação aos honorários advocatícios, entendo que o valor arbitrado se mostra adequado ao limite do incidente tratado, representando remuneração adequada em prol do patrono que exerceu seu mister com qualidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

*Ainda “que pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração do trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa, máxime se o processo foi trabalhoso, obrigando o advogado acompanhá-lo até no STJ” (STJ – 3ª Turma, AI 325.270-SP – Ag. Rg., Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 20.3.01, DJU 28.5.01, p. 199).*

Nesse sentido, a jurisprudência:

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Verba fixada em valor que remunera dignamente os patronos dos demandados - Inexistência de razões para majoração - Apelo improvido.**  
 (Apelação Cível n. 241.541-1 - Santos - 10ª Câmara de Férias "A" de Direito Privado - Relator: G. Pinheiro Franco - 14.02.96 - V.U.)

**HONORÁRIOS DE ADVOGADO - Pedido de majoração dos honorários advocatícios, no mínimo de dez a vinte por cento sobre os valores referenciados no laudo do Assistente Técnico dos demandantes - Inadmissibilidade - Os honorários advocatícios arbitrados devem ser mantidos, porquanto encontram-se em consonância com o critério de valorização - Apreciação eqüitativa - Estabelecido no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil - Recurso improvido.**  
 (Apelação Cível n. 132.048-4 - São Paulo - 9ª Câmara de Direito Privado - Relator: Silva Rico - 14.12.99 - V.U.)

Ante o exposto, para os fins acima indicados, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao agravo.

**ELCIO TRUJILLO**  
 Relator